

# PROPOSTAS PROGRAMA JSD LEGISLATIVAS

Juventude Social Democrata | **Legislativas** 2019

---

## 1. AMBIENTE, ENERGIA E SUSTENTABILIDADE

> Incentivar a mobilidade elétrica em Portugal, criando incentivos fiscais à aquisição de meios de transporte elétricos ou híbridos;

> Munir todos os edifícios públicos de infraestruturas que tirem o máximo partido dos recursos naturais, nomeadamente:

**a)** Aproveitamento solar através da instalação de painéis fotovoltaicos e coletores solares;

**b)** Aproveitamento das águas das chuvas para instalações sanitárias e regas;

**c)** Instalação de sensores inteligentes para desligar luzes em salas vazias;

**d)** Instalação de sensores inteligentes em todas as instalações sanitárias para reduzir o desperdício de água;

**e)** Aproveitamento da biomassa gerada nos seus domínios territoriais para compostagem e consequente adubagem de jardins e zonas verdes;

**f)** Aumento da eficiência energética através de um melhor isolamento térmico e substituição de janelas, reduzindo o consumo de energia para aquecimento de edifícios.

> Criar incentivos fiscais para particulares na instalação de tecnologias e infraestruturas que promovam o aproveitamento e valorizem as fontes renováveis de energia, tais como: aproveitamento solar através de painéis fotovoltaicos e coletores solares; aproveitamento das águas das chuvas para instalações sanitárias, regas e até para consumo próprio quando devidamente tratadas através de tecnologia já existente (UV, por exemplo);

> Promoção de uma reforma florestal eficiente que aposte simultaneamente na valorização económica deste setor assim como na prevenção contra incêndios florestais, através de:

**a)** Fomento progressivo da silvicultura preventiva, adotando uma medida de obrigatoriedade de garantir limites mínimos por concelho para as metas de proporção de floresta constituída por povoamentos puros ou mistos com espécies menos inflamáveis, como o carvalho;

**b)** Criação de um novo Programa para o Inventário Florestal Nacional que atualize a informação sobre a composição da floresta em Portugal.

## 2. EDUCAÇÃO E CULTURA

> Desenvolver mecanismos de validação e reconhecimento dos conhecimentos e competências adquiridos, independentemente da sua aquisição em contexto de educação formal, não formal e informal, articulando com a aprendizagem necessária e mais adequada aos vários estádios ao longo da vida;

> Dar uma nova centralidade a modelos de ensino-aprendizagem apoiados em novas tecnologias, nomeadamente através da:

- a)** Revisão dos conteúdos programáticos, introduzindo competências digitais nomeadamente no 1.º ciclo de estudos;
- b)** Experienciação em projeto-piloto a criação de novas salas de aula, comumente designadas como Espaço Inovador de Aprendizagem;
- c)** Formação e disponibilização de suporte contínuo aos professores em termos de integração tecnológica.

> Aposta no ensino pré-escolar, nomeadamente através do

- a)** Alargamento da gratuitidade da educação infantil a partir dos 2 anos, com objetivo de instituir futuros alargamentos (1 ano em 2025 e no final da licença parental após 2025);
- b)** Estabelecimento de parcerias com entidades privadas para reforçar a rede existente do pré-escolar;
- c)** Criação de um portal digital com as instituições de pré-escolar, de consulta livre;
- d)** Aumento da flexibilização dos horários das creches, majorando parcerias com instituições que antecipem o horário de abertura ou adiem o de encerramento;
- e)** Implementação de uma estratégia nacional de transição do pré-escolar para o 1º ciclo (para combater insucesso escolar, isolamento e problemas de adaptação).

> Aumento do financiamento para a Cinemateca e para o Instituto do Cinema e Audiovisual, via Fundo de Fomento Cultural, atingindo o objetivo de 2,2 milhões de euros em 2022, promovendo a digitalização do cinema português.

### **3. ENSINO SUPERIOR E CIÊNCIA**

- Trabalhar no sentido de estudar a capacidade de atribuição do grau de doutoramento em função da qualidade da investigação da instituição, na área em causa, e não em função da sua natureza jurídica;
- Melhorar o ensino profissional, fomentando a empregabilidade e a ligação direta entre o tecido económico e as escolas, combatendo a mera adequação da oferta curricular aos formadores disponíveis, integrando esta oferta com as realidades e necessidades socioeconómicas das regiões, potenciando dinâmicas de clusterização e ganhos de massa crítica;
- Criar um novo modelo de financiamento para o Ensino Superior mais diversificado em termos de atividade e baseado no desempenho concreto das instituições em termos de empregabilidade real dos seus alunos e de produção de conhecimento;
- Disponibilizar habitação acessível a estudantes, como por exemplo, residências estudantis de qualidade, através de acordos com entidades ou proprietários com possibilidade de instituir isenções fiscais ou outras medidas.

### **4. COESÃO TERRITORIAL**

- Criação do Estatuto Jurídico dos territórios de baixa densidade populacional que contemple um conjunto de medidas que promovam a revitalização do interior do país e a coesão territorial (ex. abertura de turmas com um número inferior de alunos por turma nos territórios de baixa densidade populacional; incentivos de poupança fiscal à contratação de jovens qualificados nestes territórios);
- Indexação de uma percentagem do crescimento do PIB ao desenvolvimento dos territórios de baixa densidade.

## **5. SAÚDE E BEM-ESTAR**

- Promoção de formação nas escolas para o aumento da literacia em saúde entre as faixas etárias mais jovens, nomeadamente sobre Suporte Básico de Vida, com componente prática e teórica, e com formadores habilitados, de forma a capacitar todos os jovens a prestarem ajuda até à chegada da equipa de emergência médica, o que permitirá aumentar a taxa de sobrevivência após paragem cardiorrespiratória, atualmente inferior a 3%, em Portugal.
- Criação de medidas de consciencialização da comunidade acerca da importância da limitação do tempo de exposição ao ecrã, assim como a criação de programas de rastreio neste âmbito, para que o uso excessivo das tecnologias não interfira com o desenvolvimento das crianças, nem estimule a adição e respetivos malefícios nos jovens, que têm sido identificados pela evidência científica mais recente que mostra que o uso excessivo das novas tecnologias está associado a riscos, nomeadamente obesidade, alterações da visão, perturbações do sono, atrasos da linguagem, problemas de comportamento, entre outros.
- Criar condições de trabalho para os profissionais de saúde se dedicarem em exclusivo aos Cuidados Paliativos e organização do Sistema Nacional de Saúde, através do seu financiamento e da capacitação dos recursos humanos, de forma a haver condições para o aumento do número de camas e de equipas domiciliárias, assim como, o funcionamento eficaz das equipas intra-hospitalares e toda a Rede de Cuidados Paliativos.

## **6. EMPREGO E ECONOMIA**

- > Apostar no desenvolvimento de clusters de indústrias com capacidade em cada região, aproveitando as suas potencialidades, para aumentar o emprego e fixação de jovens, alargando os incentivos à contratação de jovens, através da revisão dos apoios atualmente prestados.
- > Desenvolver novas políticas de contratação e de trabalho, fomentando formas alternativas de trabalho (como o teletrabalho, a tempo parcial ou a semana de trabalho inteiro em 4 dias);
- > Ampliar o nível tecnológico das nossas empresas, colocando estas em articulação com o Sistema Científico e Tecnológico Nacional, e potenciando a produtividade permitindo que vendam (e exportem) um maior valor acrescentado.

## **7. PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E SISTEMA POLÍTICO**

- > Implementar um sistema de voto eletrónico, mais rápido e abrangente que permita ao cidadão exercer o seu voto fora da sua zona de residência;
- > Alargar a limitação do exercício de três mandatos consecutivos a todos os cargos políticos;
- > Introdução do voto preferencial como ferramenta de combate à abstenção, dando ao eleitor a possibilidade de escolher qualquer candidato de uma lista à Assembleia da República.

## **8. HABITAÇÃO**

- > Fortalecer e apostar em programas de apoio ao arrendamento jovem, pela importância que têm na emancipação dos jovens, e aumentar a dedução em IRS de despesas com arrendamento até aos 35 anos;
- > Incentivos fiscais aos senhorios para arrendamento a jovens e isenção de IMT para jovens na aquisição da 1ª casa de habitação permanente;
- > Promoção de novas políticas de habitação para erradicação da pobreza, através da criação de um programa de resposta habitacional para a pessoa sem abrigo (ex. Projeto Housing First, alojamento à medida, em que 30% do rendimento da pessoa em situação de sem-abrigo serve para pagar esta habitação e o resto é assegurado pela autarquia).

## **9. PROTEÇÃO SOCIAL**

- > Aumento do limite mínimo mensal do subsídio de assistência a filhos com deficiência ou doença crónica, do subsídio por adoção e do subsídio parental para 1x IAS;
- > Alargamento do Seguro Social Voluntário para os voluntários sociais e bombeiros voluntários relativamente às situações de doença e parentalidade;
- > Consagração da possibilidade dos seguros já existentes nas empresas sejam utilizados nas ações de voluntariado, nos casos do voluntariado corporativo.

## 10. SOLIDARIEDADE INTERGERACIONAL

➤ Criar um Regime Jurídico de Avaliação de Impacto Geracional de Atos Normativos, obrigando a que, aquando da criação de nova legislação seja acautelado o equilíbrio intergeracional.

## 11. EMIGRAÇÃO

➤ Criar um programa de estágios promovido pelas instituições de ensino, pelos Municípios e por instituições parceiras deste programa, destinado ao grupo de alunos provenientes de fora do país que escolhem Portugal e as suas instituições de ensino para fazer a sua formação superior. Desta forma, estes alunos teriam a possibilidade singular de, além de fazer o seu plano de estudos em Portugal, complementar a sua experiência com uma importante parcela prática de estágio no tecido institucional português (e.g. empresarial, associativo, social, entre outros), acrescentando um valor à sua experiência educativa, ao mesmo tempo que valorizariam, com a “bagagem” que trazem dos seus países, as instituições onde estagiam;

➤ Criação de um Portal do Emigrante, com um sistema de registo simples onde seja reunida a informação relevante para quem se encontra fora de Portugal, incluindo informação consular, informação sobre atos eleitorais, potenciais oportunidades de negócio, eventos da comunidade, entre outros, de forma a reforçar políticas de envolvimento de diásporas, através do reforço de informação e benefícios para os seus membros;

➤ Criar incentivos, tais como programas e políticas públicas, baseados num programa de incentivos à fixação em Portugal de empresas fundadas por portugueses no estrangeiro e de empresas de inovação com forte investimento no mercado português. Em concreto, a criação de infraestruturas em zonas periféricas das grandes cidades e concessão de benefícios fiscais (em sede de IRC e contribuições para a Segurança Social) a serem canalizados para o investimento em inovação.

## **12. TRANSPARÊNCIA E COMBATE À CORRUPÇÃO**

➤ Criação de um sítio eletrónico autónomo para os vários setores do Estado, incluindo Segurança Social e todos os Municípios, de fácil leitura e com atualizações diárias, que permita saber a cada momento todos os gastos realizados durante um determinado período.